

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	120.000
Preferenciais	0
Total	120.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Dividendo	29/03/2016	Ordinária		0,05357
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Dividendo	29/03/2016	Ordinária		0,03571
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,00345
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,03571
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Ordinária		0,01896
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Dividendo	30/05/2016	Ordinária		0,04840
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/05/2016	Ordinária		0,00437
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Dividendo	30/06/2016	Ordinária		0,02225
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2016	Ordinária		0,00452
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Dividendo	30/08/2016	Ordinária		0,06038
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2016	Ordinária		0,00889
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2016	Dividendo	30/09/2016	Ordinária		0,03250
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2016	Ordinária		0,00452
Reunião do Conselho de Administração	11/10/2016	Dividendo	11/10/2016	Ordinária		0,02671
Reunião do Conselho de Administração	11/10/2016	Juros sobre Capital Próprio	11/10/2016	Ordinária		0,00437
Reunião do Conselho de Administração	11/11/2016	Dividendo	11/11/2016	Ordinária		0,02691
Reunião do Conselho de Administração	11/11/2016	Juros sobre Capital Próprio	11/11/2016	Ordinária		0,00452

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2016	Dividendo	14/12/2016	Ordinária		0,02469
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2016	Ordinária		0,00437

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	206.172	184.769
1.01	Ativo Circulante	71.511	89.699
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.086	80.961
1.01.03	Contas a Receber	7.019	6.962
1.01.03.01	Clientes	7.019	6.962
1.01.06	Tributos a Recuperar	77	51
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	77	51
1.01.07	Despesas Antecipadas	953	1.230
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	376	495
1.01.08.03	Outros	376	495
1.01.08.03.01	Outros créditos	376	495
1.02	Ativo Não Circulante	134.661	95.070
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.402	487
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.402	487
1.02.03	Imobilizado	5.428	1.857
1.02.04	Intangível	127.831	92.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	206.172	184.769
2.01	Passivo Circulante	47.056	45.490
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.767	1.866
2.01.02	Fornecedores	6.755	3.385
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.819	2.098
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.819	2.098
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.441	964
2.01.03.01.02	Imposto, taxas e contribuições a recolher	1.378	1.134
2.01.05	Outras Obrigações	3.272	1.595
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.549	1.355
2.01.05.02	Outros	723	240
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	461	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	258	236
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4	4
2.01.06	Provisões	31.443	36.546
2.01.06.02	Outras Provisões	31.443	36.546
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras	31.443	36.546
2.02	Passivo Não Circulante	35.421	49.282
2.02.02	Outras Obrigações	1.972	248
2.02.02.02	Outros	1.972	248
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	1.972	248
2.02.04	Provisões	33.449	49.034
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26	0
2.02.04.02	Outras Provisões	33.423	49.034
2.02.04.02.04	Provisão para Construção de Obras	30.992	49.034
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	2.431	0
2.03	Patrimônio Líquido	123.695	89.997
2.03.01	Capital Social Realizado	120.000	84.000
2.03.01.01	Capital Social subscrito	120.000	120.000
2.03.01.02	Capital Social a realizar	0	-36.000
2.03.02	Reservas de Capital	103	49
2.03.02.04	Opções Outorgadas	103	49
2.03.04	Reservas de Lucros	3.592	5.948
2.03.04.01	Reserva Legal	3.351	1.158
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	241	4.790

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	164.883	66.362
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-96.713	-28.370
3.03	Resultado Bruto	68.170	37.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.108	-9.419
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.045	-9.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-63	63
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.062	28.573
3.06	Resultado Financeiro	8.424	6.490
3.06.01	Receitas Financeiras	11.017	6.959
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.593	-469
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.486	35.063
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.627	-11.898
3.08.01	Corrente	-20.542	-12.385
3.08.02	Diferido	915	487
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.859	23.165
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.859	23.165
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36549	0,19304

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	43.859	23.165
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.859	23.165

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	37.708	26.106
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	75.251	38.285
6.01.01.01	Lucro líquido	43.859	23.165
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	3.833	1.445
6.01.01.03	Constituição de provisão para manutenção	2.431	0
6.01.01.04	Atualização monetária da provisão de construção de obras	1.995	0
6.01.01.05	Constituição de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	59	0
6.01.01.06	Atualização monetária da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	3	0
6.01.01.07	Perda/baixa do ativo intangível	354	63
6.01.01.08	Tributos diferidos	-915	-487
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	54	49
6.01.01.10	Obrigações com o Poder Concedente	2.988	1.653
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	48	12
6.01.01.12	Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.542	12.385
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.543	-12.179
6.01.02.01	Clientes	-105	-6.974
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-26	-51
6.01.02.03	Despesas antecipadas	277	-1.230
6.01.02.04	Outros créditos	119	-495
6.01.02.05	Fornecedores	3.370	3.385
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	901	1.866
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	244	1.134
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedor	1.194	1.355
6.01.02.09	Outras contas a pagar	1.724	252
6.01.02.10	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-36	0
6.01.02.11	Pagamento de construção de obras	-25.140	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	-20.065	-11.421
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.863	-10.511
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-4.116	-1.923
6.02.02	Aquisição e intangível	-38.747	-8.588
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.720	65.366
6.03.01	Aporte de capital	36.000	84.000
6.03.02	Pagamento de dividendos	-45.754	-17.217
6.03.03	Pagamento de obrigações com o poder concedente	-2.966	-1.417
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.875	80.961
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.961	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.086	80.961

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	84.000	49	5.948	0	0	89.997
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	84.000	49	5.948	0	0	89.997
5.04	Transações de Capital com os Sócios	36.000	54	-2.356	-43.859	0	-10.161
5.04.01	Aumentos de Capital	36.000	0	0	0	0	36.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	54	0	0	0	54
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.790	0	0	-4.790
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.404	0	-6.404
5.04.08	Reserva legal	0	0	2.193	-2.193	0	0
5.04.09	Constituição de reserva para dividendos	0	0	241	-241	0	0
5.04.10	Dividendos intermediários	0	0	0	-35.021	0	-35.021
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.859	0	43.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.859	0	43.859
5.07	Saldos Finais	120.000	103	3.592	0	0	123.695

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	49	5.948	-23.165	0	66.832
5.04.01	Aumentos de Capital	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	49	0	0	0	49
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.217	0	-17.217
5.04.08	Reserva legal	0	0	1.158	-1.158	0	0
5.04.09	Constituição de reserva para dividendos	0	0	4.790	-4.790	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.165	0	23.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.165	0	23.165
5.07	Saldos Finais	84.000	49	5.948	0	0	89.997

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	174.730	71.895
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	111.857	63.067
7.01.02	Outras Receitas	2.443	1.062
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	60.430	7.766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.108	-26.750
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-80.953	-20.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.155	-6.393
7.03	Valor Adicionado Bruto	85.622	45.145
7.04	Retenções	-3.833	-1.445
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.833	-1.445
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	81.789	43.700
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.017	6.959
7.06.02	Receitas Financeiras	11.017	6.959
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	92.806	50.659
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	92.806	50.659
7.08.01	Pessoal	16.170	9.156
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.133	6.960
7.08.01.02	Benefícios	3.357	1.834
7.08.01.03	F.G.T.S.	680	362
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.474	17.432
7.08.02.01	Federais	23.799	14.239
7.08.02.03	Municipais	5.675	3.193
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.303	906
7.08.03.02	Aluguéis	710	437
7.08.03.03	Outras	2.593	469
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	43.859	23.165
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.404	0
7.08.04.02	Dividendos	35.021	17.217
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.434	5.948

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - EcoPonte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A Companhia foi constituída em 18 de março de 2015 com início das operações em 1º junho de 2015.

Mensagem da Administração

Desde 1º de junho de 2015, a Ponte Rio-Niterói é administrada pelo Grupo EcoRodovias, sob o edital de concessão N° 01/2015 - Concessão da rodovia federal BR-101/RJ, trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). Cabe à empresa da infraestrutura e da manutenção, conservação, implantação de melhorias sistema rodoviário de 13,2 km de extensão e 10 km de acessos, além da prestação de serviço aos mais de 150 mil veículos recebidos na EcoPonte diariamente.

A EcoPonte é a principal ligação entre as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e interior do Estado, sobretudo com a região dos Lagos e litoral norte Fluminense.

A Ponte Rio-Niterói é um marco da capacitação da engenharia nacional. Inaugurada em 1974, ela ainda detém alguns recordes importantes:

- A maior ponte do Hemisfério Sul;
- O maior vão em viga reta contínua do mundo: vão central de 300 metros de comprimento e 72 metros de altura;
- A mais importante estrutura protendida das Américas, com mais de 2.150 km de cabos no interior de sua estrutura;
- Uma das maiores pontes do mundo em volume espacial (área construída), por conta de seu comprimento, largura e a altura dos pilares e das fundações submersas cravadas na rocha do fundo da Baía de Guanabara.

O prazo contratual é de 30 anos, estendendo-se até maio de 2045.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego de veículos equivalentes pagantes aumentou devido a cobrança de pedágio nos 12 meses de 2016, comparado a apenas 7 meses em 2015, uma vez que a Companhia iniciou a operação em 1º de junho de 2015. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o tráfego apresentou crescimento de 1,0%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da EcoPONTE em 9,5% pelo IPCA.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$174,7 milhões, aumento de 143,0% comparado aos R\$ 71,9 milhões no exercício findo de 2015. Esse crescimento deve-se a consolidação de 12 meses em 2016 comparado apenas 7 meses em 2015, devido ao início da operação da Companhia em 1º junho de 2015. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, a receita bruta atingiu R\$69,8 milhões, crescimento de 8,8%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 164,9 milhões em 2016, excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma foi de R\$ 104,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, a receita líquida atingiu R\$63,7 milhões, crescimento de 8,8%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Para mais informações sobre a Receita Bruta, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 109,8 milhões desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 43,1 milhões. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, os custos caixa atingiram R\$24,3 milhões, redução de 15,4%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2016 foi de R\$ 58,9 milhões (margem EBITDA 35,7%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita de construção e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 61,3 milhões (Margem EBITDA 58,7%). Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o EBITDA pró-forma atingiu R\$39,5 milhões, aumento de 31,4% e margem de 61,9%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$8,4 milhões, basicamente devido a receita sobre aplicações financeiras. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o resultado financeiro apresentou redução de 22,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em função do menor nível de caixa.

Relatório da Administração

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no exercício de 2016 atingiu R\$ 43,9 milhões. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o lucro líquido apresentou atingiu R\$20,3 milhões, redução de 12,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em função do menor nível de caixa.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecofonte encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 63,1 milhões e não detém dívidas de modalidade de empréstimos, financiamentos e/ou debêntures no exercício findo de 31 de dezembro de 2016.

Para mais informações sobre Disponibilidade e Endividamento, vide notas explicativas.

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecofonte totalizaram R\$ 68,0 milhões em 2016, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$150,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Ecoponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 01 de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

Mensuração Subsequente

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2016 não houve indenizações relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Normas, alterações e interpretações de normas

i. As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	1.940	615
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	60.888	23.652
Aplicações Compromissadas (b)	-	55.921
Aplicações automáticas compromissadas (c)	258	773
Total	<u>63.086</u>	<u>80.961</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário, 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira e 5,0% em Títulos Públicos.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas em 31 de dezembro de 2015 eram remuneradas à taxa de 99,0% CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 01 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	6.406	6.401
Cupons de pedágio	517	424
Receitas acessórias	156	149
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (a)	(60)	(12)
	<u>7.019</u>	<u>6.962</u>

- (a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	7.019	6.888
Vencidos:		
Até 30 dias	-	12
De 31 a 60 dias	-	33
De 61 a 90 dias	-	1
De 90 a 120 dias	-	28
Acima de 120 dias	60	12
	<u>7.079</u>	<u>6.974</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	12	-
Valores recuperados no exercício	(1)	-
Constituição de PECLD no exercício	49	12
	<u>60</u>	<u>12</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo de R\$953 em 31 de dezembro de 2016, classificado no ativo circulante (R\$1.230 em 31 de dezembro de 2015), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual							
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014
11,9	-	641	-	-	641	-	(38)	-	(38)	-	603	-	603	-
4,8	-	832	-	-	832	-	(20)	-	(20)	-	812	-	812	-
3,7	-	437	-	-	437	-	(8)	-	(8)	-	429	-	429	-
-	-	13	-	-	13	-	-	-	-	-	13	-	13	-
-	-	1.923	-	-	1.923	-	(66)	-	(66)	-	1.857	-	1.857	-

Hardwares
Maquinas e
equipamentos
Móveis e utensílios
Imobilizado em
andamento

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual							
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
17,7	641	1.766	-	-	2.407	(38)	(269)	-	(307)	603	2.100	-	2.100	603
10,9	832	1.513	-	-	2.345	(20)	(173)	-	(193)	812	2.152	-	2.152	812
9,2	437	165	-	-	602	(8)	(48)	-	(56)	429	546	-	546	429
-	13	672	-	-	685	-	(55)	-	(55)	13	630	-	630	13
-	1.923	4.116	-	-	6.039	(66)	(545)	-	(611)	1.857	5.428	-	5.428	1.857

Hardwares
Maquinas e
equipamentos
Móveis e utensílios
Imobilizado em
andamento

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas		Transf.	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014
(*)	-	91.914	(65)	-	91.849	-	(1.345)	2	-	(1.343)	90.506	-
-	-	1.497	-	-	1.497	-	-	-	-	-	1.497	-
9,0	-	757	-	-	757	-	(34)	-	-	(34)	723	-
	-	94.168	(65)	-	94.103	-	(1.379)	2	-	(1.377)	92.726	-

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas		Transf.	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
(*)	91.849	14.114	(52)	5.350	111.261	(1.343)	(3.063)	-	-	(4.406)	106.855	90.506
-	1.497	24.004	(302)	(5.350)	19.849	-	-	-	-	-	19.849	1.497
21,0	757	629	-	-	1.386	(34)	(225)	-	-	(259)	1.127	723
	94.103	38.747	(354)	-	132.496	(1.377)	(3.288)	-	-	(4.665)	127.831	92.726

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, em 31 de dezembro de 2016 esse percentual é de 2,9% (2,9% em 31 de dezembro de 2015).

(**) Os principais valores concentram-se nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura investida na ponte e alças de acesso.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição socialPolítica contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“ impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data de balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para férias e encargos de diretores	45	107	(31)	121	76
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	4	25	(21)	8	4
Provisão para perdas cíveis	-	21	(12)	9	9
Amortização Provisão Construção	438	1.779	(953)	1.264	826
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	487	1.932	(1.017)	1.402	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					915

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	383	136
2018	255	87
2019	255	87
2020	509	177
	<u>1.402</u>	<u>487</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.486	35.063
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(21.585)	(11.921)
Juros sobre capital próprio	2.177	-
Gratificações diretores	(202)	-
Despesas indedutíveis	(3)	(2)
Outros	(14)	25
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(19.627)</u>	<u>(11.898)</u>
Despesa do imposto de renda e contribuição social corrente	(20.542)	(12.385)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferido	915	487
Taxa efetiva	30,9%	33,9%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	964	-
Despesa IR/CS corrente DRE	20.542	12.385
Total IR/CS pagos no exercício	(20.065)	(11.421)
Saldo final provisão IR/CS	<u>1.441</u>	<u>964</u>

11. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IR/CS a recuperar	77	48
Outros	-	3
	<u>77</u>	<u>51</u>

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos sobre arrecadação		
COFINS	353	329
PIS	75	69
ISS	539	488
PIS/Cofins/CSLL na fonte	111	116
IRRF s/ Juros s/Capital próprio	237	-
Outros	63	132
	1.378	1.134

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	1.279	893
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	299	215
IRRF a recolher	99	62
Contribuição sindical	-	3
Provisão de férias	744	463
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	70	60
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	276	170
	2.767	1.866

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*)

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial		Passivo
Companhia	Natureza	Contas a pagar
Circulante		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	204
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (b)	Outras partes relacionadas	2.345
Total em 31 de dezembro de 2016		<u>2.549</u>
Total em 31 de dezembro de 2015		1.355

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	2.773	1.825
Total em 31 de dezembro de 2016		<u>2.773</u>	<u>1.825</u>
Total em 31 de dezembro de 2015		3.714	1.336

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$4.598, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário. O preço global firmado é de R\$55.300. O prazo de execução desses serviços é de julho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$6.199. O saldo em aberto de R\$2.345 em 31 de dezembro de 2016 sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração de administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$1.210.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2017, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.336, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração (fixa/variável)	1.074	362
Plano de opção baseada em ações (vide Nota explicativa n. 19.e)	54	49
Previdência privada	57	35
Remuneração baseada ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	151	-
	1.336	446

15. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2016	31/12/2015
Verba de fiscalização - ANTT	258	236

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser paga o título de fiscalização o valor mensal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado é de R\$258.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	236	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	2.988	1.653
Pagamento	(2.966)	(1.417)
Saldo final	258	236

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	31/12/2016 Previsão de 2017-2045
Melhorias na infraestrutura	725.679
Conservação especial (manutenção)	439.444
Equipamentos	93.520

16. Provisão para construção de obras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,5% a.a.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Realização da construção	-	(25.140)	-	(25.140)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	1.995	1.995
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
	85.580	(25.140)	1.995	62.435
Circulante	36.546			31.443
Não circulante	49.034			30.992

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 9,5% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Adição	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	-	3.177	3.177
Efeito de valor presente sobre a constituição	-	(746)	(746)
	-	2.431	2.431
Não circulante	-		2.431

18. Provisão para perdas cíveis e trabalhistasPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	52	7	59
(-) Pagamentos	(29)	(7)	(36)
(+) Atualização monetária	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2016	26	-	26

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$1.295 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existem processos de natureza trabalhista, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$120.000, representado por 120.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de maio de 2016, foi integralizado a parcela restante de R\$36.000.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$3.351 (R\$1.158 em 31 de dezembro de 2015).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$45.754, refere-se a R\$4.790 saldo de dividendos remanescentes de 2015, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016, R\$35.021 dividendos intermediários do exercício de 2016 e R\$5.943 a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2016. O saldo de R\$461 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo dos dividendos é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido	43.859	23.165
Reserva legal – 5%	(2.193)	(1.158)
	41.666	22.007
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(35.021)	(17.217)
Juros sobre capital próprio	(6.404)	-
Dividendos a pagar no exercício seguinte	(241)	(4.790)

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica “Plano de opções com base em ações” o valor de R\$54 (R\$49 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

20. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	57.228	30.783
Pedágio eletrônico (a)	53.945	31.684
Vale pedágio	681	598
Outros	3	2
	<u>111.857</u>	<u>63.067</u>
Receitas acessórias (b)	2.443	1.063
Receita de construção	60.430	7.766
Receita bruta	<u>174.730</u>	<u>71.896</u>
Deduções sobre a receita bruta (c)	<u>(9.847)</u>	<u>(5.534)</u>
Receita líquida	<u>164.883</u>	<u>66.362</u>

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico;

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros;

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue a tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	111.857	63.067
Receitas acessórias	2.443	1.063
	<u>114.300</u>	<u>64.130</u>
Deduções		
COFINS (3%)	(3.429)	(1.924)
PIS (0,65%)	(743)	(417)
ISS (2% a 5%)	<u>(5.675)</u>	<u>(3.193)</u>
	<u>(9.847)</u>	<u>(5.534)</u>

21. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	16.170	9.156
Conservação e manutenção	4.779	2.453
Serviços de terceiros (*)	10.827	9.963
Seguros (Vide Nota Explicativa nº27)	2.982	1.882
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº15)	2.988	1.653
Locação de imóveis e máquinas	710	437
Depreciações e amortizações	3.833	1.445
Custo de construção de obras	60.430	7.766
Provisão para manutenção	2.431	-
Outros custos e despesas operacionais	4.608	3.097
	<u>109.758</u>	<u>37.852</u>
Classificados como		
Custo dos serviços prestados	96.713	28.370
Despesas gerais e administrativas	13.045	9.482
	<u>109.758</u>	<u>37.852</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	10.969	6.956
Outras	48	3
	<u>11.017</u>	<u>6.959</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente – provisão para construção de obras	(1.995)	-
Outras	(598)	(469)
	<u>(2.593)</u>	<u>(469)</u>
Resultado financeiro	<u>8.424</u>	<u>6.490</u>

23. Lucro por açãoa) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	43.859	23.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	120.000	120.000
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,37</u>	<u>0,19</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 19.e), pois, o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

24. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia tem como política a distribuição de participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2016, a PLR foi de R\$760 (R\$458 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	258	236
Caixa e equivalentes de caixa	(63.086)	(80.961)
Dívida líquida	(62.828)	(80.725)
Patrimônio líquido (ii)	123.695	89.997
Índice de endividamento líquido	(0,51)	(0,90)

(i) A dívida de obrigações com Poder Concedente circulante (Notas Explicativas nº 15).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 100,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- As obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.940	1.940
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	7.019	7.019
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	61.146	61.146
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	6.755	6.755
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	258	258
Phantom Stock Option (c)	Outros passivos financeiros	240	240

(a) Os saldos das rubricas de “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$6.389 (R\$6.139 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	5.029	3.772	2.514

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	10,25%	7,69%	5,13%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$232 (R\$124 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

27. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Veículos	Janeiro de 2017 a janeiro de 2018	Tabela FIPE
"All Risk" - Responsabilidade civil	Maior de 2016 a Maio de 2017	48.645
"All Risk" – Danos materiais	Maior de 2016 a Maio de 2017	267.415
Riscos diversos	Janeiro de 2017 a janeiro de 2018	108
Seguro-garantia	Maior de 2016 a Maio de 2017	337.442
Lucros cessantes	Maior de 2016 a Maio de 2017	57.452

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores